

As Políticas de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa – O Exemplo do Mercosul

Edgard Fernando Viana da Cruz

**Dissertação de Mestrado em Ensino do Português
como Língua Segunda e Estrangeira**

Março, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, realizada sob a orientação científica da Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale.

Dedicatória pessoal

Ao meu filho João Pedro, maior presente que a vida poderia dar.

À minha esposa Liliana Almeida, que esta seja uma de muitas conquistas juntos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pela força interior nos momentos difíceis.

Agradeço a todos que contribuíram para que esse sonho fosse concretizado.

Agradeço à Professora Doutora Ana Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale pela sua disponibilidade, pelos seus comentários e sugestões que tornaram possível a realização desta dissertação.

Agradeço à minha esposa Liliana Almeida pela sua paciência e dedicação.

Agradeço a duas pessoas especiais, a quem devo muitas das minhas conquistas: Denise Cavalcanti (in memoriam) pelos seus conselhos e apoio, que foram primordiais para o meu desenvolvimento pessoal. Sei que continua presente espiritualmente na minha vida e em meu coração. E à Deise Cavalcanti que sempre depositou em mim confiança e apoiou-me durante a minha graduação. Serei eternamente grato.

Agradeço à minha mãe, que apesar de encontros e desencontros esteve sempre presente. Aos meus irmãos, Nino e Mariana, pelo vosso carinho.

À minha tia Loura, que foi sempre como uma mãe para mim, compreensiva, carinhosa, e sempre com uma palavra amiga nas horas necessárias.

À minha grande família em Fortaleza, que através da vossa perseverança e união, ensinaram-me o verdadeiro significado da palavra família.

E finalmente a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal.

A todas essas pessoas especiais devo todas as minhas conquistas, e a quem digo MUITO OBRIGADO.

RESUMO

AS POLÍTICAS DE DIVULGAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – O EXEMPLO DO MERCOSUL

EDGARD FERNANDO VIANA DA CRUZ

PALAVRAS-CHAVE: língua portuguesa, políticas da língua, mercosul, internacionalização do português

Na última década vimos crescer um interesse pela língua portuguesa, fruto da ascensão de alguns países luso-falantes no cenário económico mundial, como é o caso do Brasil. Muitas políticas têm sido criadas e implementadas para que a língua portuguesa ocupe lugar de destaque nas organizações internacionais. A partir dos anos 80 Portugal e Brasil preocuparam-se em divulgar a língua portuguesa como língua estrangeira. Portugal através do Instituto Camões, com a criação de Centros Culturais Portugueses, leitorados e intercâmbios com universidades portuguesas e estrangeiras. O Brasil através do Ministério das Relações Exteriores tem levado a cabo a política de promoção da língua e da cultura brasileira através da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), área que coordena os leitorados, centros culturais e Centros de Estudos Brasileiros no estrangeiro. A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um fator importante, que vem contribuir para criação de uma política mais consistente. A constituição do Mercosul vem fortalecer a promoção da língua, uma vez que passou a ser uma das línguas oficiais deste bloco, que se tornou obrigatória nas escolas oficiais de todos os estados-membros. Muitas políticas foram adotadas, mas ainda há muito por fazer.

ABSTRACT

AS POLÍTICAS DE DIVULGAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – O EXEMPLO DO MERCOSUL

EDGARD FERNANDO VIANA DA CRUZ

KEYWORDS: portuguese language, language policies, mercosur, internationalization of Portuguese.

In the last decade we have seen growing interest by the portuguese language, as a result of the rise of some portuguese-speaking countries in the global economic scenario, as is the case of Brazil. Many policies have been developed and implemented and portuguese language occupies today a prominent place in international organizations. From the 80's on Portugal and Brazil were concerned with the promotion of portuguese as a foreign language. Portugal did so through Instituto Camões and with the creation of Portuguese Cultural Centers, lectureships and exchanges with portuguese and foreign universities. Brazil, through the Ministério das Relações Exteriores, has undertaken a policy of promoting language and brazilian culture through Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), which coordinates the lectureships, cultural centers and the Centros Culturais Brasileiros abroad. The creation of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) is an important factor, which contributes to creating a more consistent policy. The creation of Mercosur strengthens the promotion of the language, since Portuguese became one of the official languages of this block, and also mandatory in state schools of all member states. Many policies have been adopted, but there is still much to do.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: A Política Linguística	4
I. 1. O Conceito de Política Linguística	4
I. 2. A União Europeia e as Políticas Linguísticas	9
Capítulo II: A Língua Portuguesa.....	12
II. 1. A História da Língua	12
II. 2. Língua Portuguesa no Mundo.....	14
II. 3. A Língua Portuguesa no Mundo Digital.....	19
II. 4. Portugal e a Promoção da Língua Portuguesa.	21
II. 5. O Brasil e a Promoção da Língua Portuguesa.	24
Capítulo III: O Exemplo do Mercosul	27
III. 1. A Formação do Mercado Comum do Sul.....	27
III. 2. Políticas Linguísticas do Mercosul.....	30
Conclusão.....	36
Bibliografia	39

INTRODUÇÃO

A política linguística é uma área de estudos transversal a diversas disciplinas, desde a Linguística, Sociologia e a História. Sua aplicação depende diretamente do Estado, único que pode intervir no seu *conteúdo* e no seu *status*. No atual contexto internacional, é necessário que o Estado reflita a dimensão política da sua língua, e a sua relevância no domínio económico, onde num contexto global há necessidade de afirmação perante outras línguas. Com a globalização as línguas vivem em constante competição, cooperação e interação, sendo que o inglês impõe-se como língua universal.

Entretanto, outras línguas com peso económico competem com o inglês, como é o caso do francês, do chinês (mandarim), do espanhol, do alemão, e do português. No mundo globalizado o monolinguismo tornou-se uma barreira nas relações comerciais. Nesse contexto, a língua portuguesa surge como uma língua estratégica, visto ser uma língua representada nos vários continentes.

Segundo o Observatório da Língua Portuguesa atualmente os falantes do português já somam quase 200 milhões, dos quais 80% estão concentrados no Brasil. Os restantes 20% estão divididos por Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

Com a emergência do Brasil no cenário global, bem como o aumento das exportações brasileiras e das parcerias comerciais com este país, vemos um crescente interesse pela língua portuguesa. O nosso idioma está em franca expansão, já é língua oficial de oito países, é língua de comunicação de doze organismos internacionais, entre eles, o Mercosul e a União Europeia.

Esse primeiro bloco, criado em 1991 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tem por objetivo consolidar a integração política, económica e social entre os países que o integram, fortalecer os vínculos entre os cidadãos dos países membros, a fim de melhorar sua qualidade de vida, incorporando no seu âmbito o setor produtivo para melhorar sua competitividade em nível regional e internacional. Desse modo o português é um importante instrumento de comunicação nas relações económicas, científicas, tecnológicas e culturais. Torna-se um meio de aproximação entre os países latino-americanos. Neste bloco económico os estados-membro estão a assumir o português como segunda língua, já que através da política linguística do Mercosul os

países hispano-falantes terão que adotar o português no ensino oficial, de igual maneira o Brasil está a adotar o espanhol no seu plano curricular.

As comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo constituem outro fator igualmente importante na expansão e divulgação do português, o que faz com que seja a terceira língua mais falada na Europa e em África. E por falar em África, não poderemos esquecer da importância que Angola, como economia emergente, tem neste momento.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criado em 1996, tem um papel fundamental na divulgação do nosso idioma. Vem unir os países lusófonos para reforçar a sua presença no cenário mundial, reunindo esforços para realização de projetos de promoção e internacionalização da língua portuguesa. Entretanto, apenas nos últimos anos começa a ver-se as políticas de promoção da língua a tomarem forma. Como exemplo podemos destacar a reformulação, pela CPLP, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa; o Brasil cria em 1994, o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) e Portugal cria o Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira (CAPLE); a criação do Museu da língua Portuguesa em São Paulo; a fundação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); os esforços para que o português venha a ser língua oficial das Nações Unidas; a adoção do português nas escolas oficiais do Mercosul, entre outros exemplos.

A língua portuguesa está em moda, não faltam notícias sobre o seu lugar no cenário internacional, muitos são os intervenientes nesse processo de internacionalização, mas será que o que está a ser feito é o suficiente? O que tem sido feito e o que é preciso fazer? Essas são as questões a que a presente dissertação tentará responder.

A metodologia adotada passa por pesquisa bibliográfica; análise de documentos jurídicos (acordos firmados, legislação); informações institucionais (Instituto Camões, Centros de Estudos Brasileiros, entre outras).

O trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo abordaremos as teorias da política linguística, desde o seu conceito a alguns teóricos que trabalharam o tema. De seguida apresentaremos a situação da política linguística na União Europeia. O segundo capítulo será sobre a língua portuguesa, onde abordaremos a história da língua,

desde a sua formação, sua expansão através das Grandes Navegações, até a sua chegada no Brasil. Apresentaremos também a situação do português no mundo atual, e quais as políticas adotadas pelo Brasil e Portugal para promover a língua portuguesa.

O último capítulo abordará a questão do Mercosul, a sua formação e as suas políticas linguísticas. Essa abordagem possibilitará fazer uma conclusão e tecer algumas recomendações acerca do tema.

1. A Política Linguística

I.1. O Conceito de Política Linguística

A política linguística, como disciplina, vem sendo estudada desde 1959, uma vez que a independência de alguns países africanos e asiáticos fez surgir algumas questões linguísticas. O primeiro a utilizar o termo *language planning* foi o linguísta Einar Haugen; por esta razão muitos autores consideram política linguística e planeamento linguístico como sinónimos. O conceito de *política linguística*, tal como outros conceitos das Ciências Humanas, variam de acordo com o ponto de vista de cada autor, e sendo uma nova área de estudos as definições e conceitos multiplicaram-se.

Einar Haugen utilizou pela primeira vez o termo planeamento linguístico referindo-se a todos os esforços conscientes para alterar o comportamento linguístico de determinado grupo, e define o termo como “a actividade de elaboração de uma norma ortográfica, de descrições gramaticais e de dicionários de uma língua, que orientem quem fala e escreve essa língua em comunidades linguisticamente diversificadas”¹. Ele considera a política linguística inseparável do planeamento linguístico, que seria a própria política linguística posta em prática. Nesta mesma altura Charles A. Ferguson chama a atenção para as situações plurilíngues. No seu artigo intitulado *Diglossia*, Ferguson define a diglossia como uma “situação sociolinguística em que uma língua, para além das suas variedades utilizadas por todos na comunicação oral corrente, tem uma variedade codificada complexa utilizada só em contextos formais e de escrita”², utilizando como exemplo situações onde coexistem duas variantes de uma mesma língua: árabe clássico/árabe dialetal, alemão padrão/alemão suíço, grego catarévussa/grego demótico, francês/crioulo haitiano.

À variante utilizada em situações formais, discursos políticos, mídia e sermões, Ferguson chamou de *variedade alta* e a variante utilizada em contextos familiares, no cotidiano, ou na literatura popular, chamou de *variedade baixa*.

¹Paulo Feytor Pinto, O Essencial sobre Política de Língua, INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010, p. 57.

²Idem, Ibidem, p.57.

Os trabalhos de Haugen e Ferguson iniciaram a reflexão sobre duas questões fulcrais da recém-criada Sociolinguística: o estudo da atividade que procura regular a utilização das línguas, e o estudo das situações de plurilinguismo.

Haugen propõe o seu primeiro modelo para descrever o processo do planeamento linguístico, esse modelo foi baseado na *teoria da decisão* de Herbert Simon, muito utilizado na área da “gestão”, e que distinguia diferentes fases para analisar os diferentes estádios do planeamento linguístico: os problemas, os decisores, as alternativas, a avaliação e aplicação.

Começa-se a ter mais atenção não só à forma da língua, mas também é dada a importância à sua função. Em 1968, William Stewart definiu 10 tipos de línguas, de acordo com sua função na sociedade: língua oficial, regional, comunitária, internacional, da capital, grupal, veículo de ensino, objeto de ensino, literária e língua religiosa. Essa distinção de forma e função da língua levou Haugen a realçar duas etapas da planificação linguística: a normalização, que requer a seleção e a codificação formal das línguas, e o desenvolvimento, que requer a elaboração e a propagação das funções das línguas.

Em 1983, Haugen propõe o seu segundo modelo, onde utiliza a distinção que outro linguísta, Heinz Kloss, estabeleceu entre o *planeamento do corpus* e o *planeamento do status*, esta distinção sugere que uma língua, ou uma variante linguística possa ser escolhida para fins específicos, e lhe seja atribuída um estatuto oficial. O planeamento de *corpus* refere-se às intervenções na forma da língua, ou seja, no léxico, sintaxe e escrita; e o planeamento de *status* refere-se às intervenções nas funções da língua, seu *status* social e sua relação com outras línguas, ou o grau de importância que o Estado confere à língua, promove o seu estatuto de língua oficial ou não-oficial. Esta distinção ajudou a abrir o campo da política linguística, que se afastava das abordagens mais instrumentalistas. Nesse segundo modelo Haugen cruza as noções de *status* e *corpus* com as de *forma* e *função* da língua, o que pode ser simplificado da seguinte forma: primeiro escolhemos uma norma (identificação de um problema); o segundo passo seria a padronização da língua nos níveis gráficos, sintático e lexical; após esta fase passaríamos para os problemas funcionais (difusão da forma estabelecida, correção e avaliação), e por último para a modernização da língua.

A partir de 1970, a política linguística começou a ser estudada como um elemento da ecolinguística, que segundo Haugen consistia no estudo da interação entre

a língua e o seu ambiente, isto é, a sociedade que a utiliza. Esta perspectiva não teve no entanto grande sucesso.

Robert Cooper, após analisar as definições de planeamento linguístico, constrói a sua própria definição, segundo a qual se refere a “esforços deliberados para influenciar o comportamento dos outros, no que respeita a aquisição, estrutura, ou alocação funcional dos seus códigos de linguagem.”³ Cooper dá-nos vários exemplos de políticas linguísticas, tais como: a criação da Academia Francesa por Richelieu, que tinha como principal propósito, não só regular a língua francesa, mas também “purificar” a língua e torná-la língua da ciência e erudição. Richelieu pretendia que o Francês ocupasse o lugar do Latim. Outro exemplo dado por Cooper é o do hebraico na Palestina, onde o uso da língua naquele território simbolizaria a ligação do povo judeu àquela terra e uma tentativa de reestabelecer ali novamente a sua pátria. A campanha de alfabetização da Etiópia, e o uso de línguas nacionais, foi intencional para pacificar os estudantes e retirá-los do cenário político.

A política linguística é assim vista como solucionadora de problemas sempre que hajam problemas linguísticos e também por vezes não linguísticos, como é o caso da Etiópia. Outros fins não linguísticos para os quais a política linguística é utilizada são “proteção do consumidor, intercâmbio científico, integração nacional, controlo político, desenvolvimento económico, a criação de novas elites e a manutenção das antigas, pacificação ou agregação dos grupos minoritários, e a mobilização em massa de movimentos nacionais e políticos”⁴. Desta forma uma política linguística é um tema muito complexo que pode ter diversos meios e fins, e está sujeita a fatores políticos, ideológicos, económicos entre outros. Para Cooper, a língua é uma instituição fundamental da sociedade sobre a qual se regulam instituições, por conseguinte planear a língua é planear também a sociedade.

Louis-Jean Calvet também faz a sua definição de política linguística e define-a como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e sociedade”⁵ e, como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social”⁶, e deixa claro a diferença entre política linguística e

³Robert L. Cooper, *Language planning and social change*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 45.

⁴ Idem, *Ibidem*, p. 35.

⁵ Louis-Jean Calvet, *As Políticas Linguísticas*, São Paulo, Parábola Editorial, 2007, p. 11.

⁶ Louis-Jean Calvet, *Sociolinguística: uma introdução crítica*, São Paulo, Parábola Editorial, 2002, p. 145.

planeamento linguístico; este último é definido como “a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”⁷. Segundo o autor qualquer grupo pode elaborar uma política linguística, mas apenas o Estado tem o poder para a pôr em prática.

Calvet divide ainda a gestão de plurilinguismo em duas: a gestão *in vivo* que “refere-se ao modo como as pessoas, cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação, os resolvem”⁸, neste caso as intervenções na língua surgem das escolhas dos indivíduos, sem que haja influência direta do Estado. Poderemos dar como exemplo o *pidgin*, língua criada de forma espontânea e que serve de meio de comunicação entre falantes de idiomas distintos, e a gestão *in vitro* onde “em seus laboratórios, os linguístas analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular os problemas; depois os políticos estudam as hipóteses e as proposições, fazem escolhas, aplicam-nas”⁹. Essa aplicação se dá por meio de leis e decretos. A política linguística, nesse contexto, passa a ser o apoio institucional à regulação da forma e das funções da língua.

A língua sempre foi alvo de controlo por parte daqueles que querem manipulá-la e controlá-la, a fim de promover ideologias políticas, sociais, económicas e até mesmo pessoais. Alguns indivíduos que detém o poder, na maioria das vezes utilizam a língua como forma de controle, impondo o uso de certas formas de linguagem: culta, gramaticalmente correta, pura, nativa, ou até mesmo controlam o direito de utilizá-la ou não. As políticas linguísticas, desta forma, funcionam como um instrumento para alcançar objectivos. O Estado quando procura, através das suas políticas externas, promover e alterar o *status* da sua língua no contexto internacional, está de certa forma a garantir a afirmação da sua língua e indiretamente está a afirmar-se como nação capaz de competir politicamente, economicamente e culturalmente. Calvet refere alguns exemplos de certas políticas linguísticas implementadas pela França, a fim de manter o *status* internacional do francês e afirmar-se politicamente: após a Revolução a França iniciou uma ação cultural e linguística externa, ação esta realizada através das congregações francesas no exterior. No final do século XIX foram criadas as Alianças Francesas (1883) e depois a Missão Laica (1902). Em 1909 é criado um serviço “das escolas e das obras francesas” no Ministério das Relações Exteriores. Em 1945 foi

⁷ Idem, Ibidem, p. 145.

⁸ Idem, Ibidem, p. 146.

⁹ Idem, Ibidem, pp. 147-148.

criado a Direção Geral das Relações Culturais e das Obras Francesas no Exterior, essa direção ocupa-se essencialmente do ensino do francês no estrangeiro. A medida de não traduzir os livros e que sejam difundidos em francês foi uma das formas de difusão da cultura e da língua francesa. Mas atualmente, em 1994, quando a França se preparava para assumir a presidência da União Européia quis propor algumas medidas que visava limitar o número de línguas de trabalho da Comunidade Económica Européia, evitando assim a supremacia do inglês. Outra proposta da França foi o ensino de duas línguas nas escolas dos países europeus, uma vez que se fosse ensinada apenas uma língua a escolha recairia sobre o inglês¹⁰.

A partir dos anos 90, alguns teóricos propõem novas teorias e reavaliam as teorias anteriores. Cooper apresenta o seu esquema para o estudo do planeamento linguístico em torno da questão “*What **actors** attempt to influence what **behaviors** of which **people** for what **ends** under what **conditions** by what **means** through what **decision-making process** with what **effect**?*”¹¹, resumindo assim o estado da política linguística como um esforço descritivo, e ao mesmo tempo enuncia a necessidade de uma teoria de mudança social de maneira que a política linguística possa avançar.

Calvet retoma a perspectiva ecológica da língua, e com o seu modelo ecológico alargou a sua análise a todas as variedades linguísticas presentes e destacou a importância das representações e das atitudes no funcionamento do ecossistema linguístico. Neste modelo a política linguística é a intervenção *in vitro* sobre as situações linguísticas¹². O ambiente linguístico deverá ser levado em consideração pela política linguística, e segundo esta visão ecológica, para contextualizar a política linguística dois fatores serão relevantes: a cultura e as práticas linguísticas. Estes dois factores permitirão conhecer melhor os fundamentos e o impacto dessas políticas.

Schiffman diz que não podemos avaliar a probabilidade de sucesso das políticas linguísticas sem referência à cultura, sistema de crenças, e atitudes sobre línguas. É portanto necessária a interação da cultura com a política linguística, ou seja, a relação entre aquilo que uma comunidade pensa acerca dos fenómenos e o modo como procura regular as suas práticas linguísticas.

¹⁰ Louis-Jean Calvet, *As Políticas Linguísticas*, São Paulo, Parábola Editorial, 2007, pp. 130 – 135.

¹¹ Robert L. Cooper, *Language planning and social change*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 98.

¹² Paulo Feytor Pinto, *O Essencial sobre Política de Língua*, INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010, p. 6.

Como exposto anteriormente a promoção da língua e da cultura têm sido utilizados como instrumento da diplomacia dos Estados-membros, desde a Aliança Francesa, até os institutos Goethe, Dante, Cervantes, Camões, até o mais nacionalista British Council.

I. 2. A União Europeia e as Políticas Linguísticas

Desde a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE), que a cultura é vista como elemento unificador dos povos e importante para o desenvolvimento da Europa. Esta unificação dos povos vem a ser consolidada com o Tratado de Maastricht em 1992. Nesse tratado é abordada a questão da diversidade cultural dos povos europeus e a necessidade de melhorar o conhecimento e divulgar a cultura e a história europeias. Esse tratado manifesta o objetivo de incentivar a cooperação dos Estados-membros para criar uma dimensão europeia da educação. Partindo deste ponto as instituições europeias preocuparam-se em promover a aprendizagem das línguas oficiais e incentivar o multilinguismo.

Quando a União Europeia (UE) foi criada, em 1958, na altura Comunidade Europeia do Aço e do Carvão (CEAC) e a Comunidade Económica Europeia (CEE) eram apenas quatro as línguas oficiais, o francês, holandês, alemão e o italiano, nesse momento este número aumentou para 23. Essa diversidade linguística faz com que a política linguística da UE seja uma política baseada no multilinguismo, para tal definiu um conjunto de medidas e aprova a estratégia europeia a favor do multilinguismo, que se for bem sucedida poderá traduzir-se em novas oportunidades para os cidadãos. Uma das medidas foi elevar o *status* das línguas oficiais dos Estados-membros para línguas oficiais da UE, e dar aos membros do Parlamento Europeu o direito de falar e ouvir nas suas próprias línguas. A legislação da UE também tem sido traduzida nas 23 línguas oficiais, para que possa ser acessível e compreensível por todos os cidadãos europeus.

Alguns fatores, como a globalização, o envelhecimento da população, e os avanços tecnológicos, fizeram com que, cada vez mais, haja um maior intercâmbio entre os cidadãos europeus, onde a mobilidade é uma realidade, e como consequência, vimos uma Europa mais internacional, multicultural e multilingue. O dilema que a Europa tem de enfrentar neste momento é a manutenção de todas essas línguas, ao mesmo tempo assegurar que a comunicação seja bem sucedida. Entretanto a Comissão Europeia deixa

claro que os Estados-membros serão os principais responsáveis por essas matérias, e também os decisores das políticas linguísticas adotadas.

No entanto os Estados-membros têm em mãos um grande desafio, adotar políticas linguísticas que minimizem as dificuldades de comunicação entre pessoas de culturas diferentes, a fim de evitar uma maior divisão social. O Conselho da UE, através de uma resolução, convida os Estados-membros a 1) promover o multilinguismo para reforçar a coesão social, o diálogo intercultural e a construção europeia, 2) reforçar a aprendizagem das línguas ao longo da vida, 3) promover o multilinguismo como fator de competitividade da economia europeia e de mobilidade e empregabilidade das pessoas, 4) promover a diversidade linguística e o diálogo intercultural, reforçando o apoio à tradução a fim de favorecer a circulação das obras e a difusão de ideias e dos conhecimentos da Europa e no mundo, e 5) promover as línguas da União Europeia no mundo.¹³

Segundo as diretrizes da UE, todas as línguas oficiais dos Estados-membros deverão ter tratamento igualitário, entretanto a realidade é outra, a teoria e a prática não correspondem. O Inglês é a língua predominante, seguido do francês e do alemão, que disputam o segundo lugar, muitos documentos oficiais são escritos nessas três línguas, o que contradiz o conceito de multilinguismo. Estamos cada vez mais num mundo globalizado, onde a troca de bens e serviços está mais facilitada, e a divisão mundial em blocos geoeconômicos (NAFTA, APEC, SADC, MERCOSUL, entre outros) faz com que as nações estejam mais próximas e sejam necessárias línguas para servir de meio de comunicação internacional. Neste momento o inglês é considerado a *língua franca* mundial, entretanto outras línguas desempenham este papel.

Para promover o multilinguismo, a UE vem implementando várias medidas e programas ligados à área da educação, tais como: programa *Erasmus*, criado em 1987, e que visa o intercâmbio de estudantes e docentes do ensino superior nos vários países da Europa; o programa *Língua*, criado em 1989, mas em vigor de 1990 a 1994, tinha como objetivo principal a promoção e o conhecimento de línguas estrangeiras, e capacitação de profissionais. O programa *Língua* foi mais tarde integrado em dois outros programas: o *Socrates*, programa de ação do domínio da educação, e o *Leonardo Da Vinci*, no

¹³ União Europeia - Jornal Oficial N° C 320 de 16/12/2008. [Em linha]. [Consult. 20 Jan. 2012]. Disponível na WWW:
<URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:320:0001:01:PT:HTML>>.

domínio da formação profissional; outro programa é o *Grundtvig*, visa a formação de adultos, entre outros. Com esses programas a UE quer mostrar aos seus cidadãos que a aprendizagem de outras línguas é o caminho para fazer a diferença no futuro, e ao mesmo tempo fomentar o multilinguismo e a compreensão intercultural. Em 2007, a UE criou o cargo de Comissário para o Multilinguismo, responsável pela promoção e proteção do multilinguismo nos Estados-membros, e que funciona também como um embaixador da diversidade cultural europeia.

Segundo Phillipson, a UE deveria evitar alguns cenários nas políticas linguísticas, que podem ser considerados como piores exemplos: as decisões sobre a língua são tomadas por políticos e gestores sem conhecimentos e experiências substanciais nesta área; a negligência contínua das línguas minoritárias faladas pela comunidade de imigrantes dificulta o processo de integração multicultural¹⁴. Entretanto o mesmo autor refere alguns aspectos que podemos considerar como exemplos, e que servem como indícios do que as políticas linguísticas podem fazer para estimular a vitalidade linguística: no mundo corporativo, a ciência, a cultura, os meios de comunicação, a educação, publicações, serviços de internet, o investimento no inglês é sempre contrabalançado com investimentos equivalentes noutras línguas; a educação da maior parte da população é realizada em várias línguas; o encorajamento da utilização de um maior número de *línguas francas*, em vez de utilizarem apenas uma; maior reciprocidade no ensino-aprendizagem de línguas maioritárias e minoritárias; as eficientes e impressionantes políticas multilingues praticadas pelas instituições europeias facilitando a consulta democrática de processos e promove um florescimento de uma esfera pública continental; a implementação das políticas linguísticas são baseadas em incentivos, em vez de sanções¹⁵.

¹⁴ Robert Phillipson, *English-Only Europe? Challenging Language Policy*, Routledge, 2003, p. 176.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 177.

2. A Língua Portuguesa

II.1 História da Língua

Os primeiros textos em português de que se tem conhecimento surgem por volta do século XIII, nessa altura ainda não havia diferenciação do português com o galego, por esse motivo essa língua era chamada de galaico-português.

Os Romanos chegaram à Península Ibérica no ano de 218 a.C., com as conquistas dos povos que ali viviam, o latim passa a ser adotado como língua daquela região. Após a conquista dividiram o território em duas províncias: Hispânia Citerior e a Hispânia Ulterior. Em 27 a.C. Octaviano Augusto divide a Hispânia Ulterior em duas províncias: Lusitânia ao norte do Guadiana e Bética ao sul. Posteriormente, com a reorganização dos territórios provinciais a Lusitânia situada ao norte do Douro, a Gallaecia, é anexada incorporada à província tarraconense (a antiga Hispânia Citerior); nesse território a romanização fez-se de maneira mais rápida. Com imposição do latim as línguas locais desaparecem dando lugar a novos dialetos, e a língua difundiu-se com a chegada dos soldados, colonos e mercadores romanos.

Em 409 d.C a Península Ibérica é invadida pelos Alanos, Vândalos e Suevos. Os Alanos ocupam a Lusitânia e a Cartaginense Oriental. Os Suevos e os Vândalos Asdingos estabelecem-se na Gallaecia. Os Vândalos Silingos ocupam a Bética. Essa ocupação só iria terminar em 711, com a invasão mulçumana. Os Alanos foram os primeiros a serem aniquilados, os suevos conseguiram permanecer por mais tempo, no séc. V seu reino era muito extenso, mas por volta de 570 os Visigodos conseguem inteira supremacia sobre a Hispânia, e o reino suevo fica circunscrito à Gallaecia e aos dois bispados lusitanos de Viseu e Conímbriga. Em 585 Leovigildo, rei dos Visigodos, incorpora a monarquia sueva no seu reino. A contribuição desses povos foi mínima em relação à língua, o latim popular continuava a evoluir chegando a formação do proto-galego-português.

Os mulçumanos, árabes e berberes do Maghreb, em pouco tempo, conquistam a Península Ibérica, incluindo a Lusitânia e a Gallaecia. Tinham o Islão como religião e o árabe como língua, e eram chamados de mouros pelos ibéricos. Os cristãos, partindo do Norte, vão reconquistando o território expulsando os mouros para o Sul. Durante esta Reconquista nasce no séc. XII o reino independente de Portugal. Aos poucos os cristãos

conseguem reconquistar Coimbra (1064), Santarém e Lisboa (1147), Évora (1165) e Faro (1249), com a conquista deste último o território de Portugal está completamente formado. O resto da Península Ibérica só seria reconquistada totalmente muito mais tarde, em 1492. A invasão mulçumana e a Reconquista são acontecimentos importantes na formação de três línguas ibéricas: o galego-português a oeste, o castelhano no centro, e o catalão a leste. Estas línguas formaram-se no Norte, e expandiram-se para Sul pela Reconquista. O galego-português, aos poucos, ganhou espaço no território ocupado pela língua árabe. Ao entrar em contacto com os dialectos utilizados pelos povos que ali permaneceram, o galego-português sofre uma evolução gradativa e transforma-se em duas línguas: o galego e o português.

D. Afonso Henriques, em 1139, proclama a independência de Portugal, que foi constantemente ameaçada pelos sucessores dos reinos de Castela e Espanha, tornando-se o primeiro Estado-nação da Europa. Por esta razão também foi o primeiro a iniciar a Era das Grandes Navegações. Depois de conquistar Ceuta, em 1415, os portugueses descem pela costa de África, motivados pela descoberta de um caminho alternativo às Índias e à China, uma vez que a rota conhecida até o momento estava dominada pelos árabes e otomanos. Em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança. Vasco da Gama chega à Índia em 1498 e Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil em 1500. E posteriormente chegam à China e Japão, tornando-se numa das maiores potências do mundo.

Com as Grandes Navegações, Portugal fez a sua língua ressoar em África e Ásia, mas também deu origem, com o contacto com as populações locais, a outras línguas de contacto (os pidgins e crioulos africanos e asiáticos de base portuguesa). A língua portuguesa expande-se, alcançando os quatro continentes. Ao chegar ao Brasil os portugueses encontraram uma população indígena que falava sobretudo o tupi. Graças ao trabalho dos jesuítas que estudaram e difundiram esta língua indígena, e que foi utilizada como língua geral no início da colonização, ao lado do português, o tupi passou a ser utilizado não apenas pelos índios, mas também pelos portugueses e escravos.

Nas últimas décadas do séc. XVI, começaram a chegar ao Brasil os primeiros escravos negros trazidos de África, que eram utilizados nos trabalhos forçados nas plantações de cana-de-açúcar. Em cerca de 300 anos de tráfico negreiro, foram levados

para o Brasil no mínimo quatro milhões de africanos, que falavam cerca de 200 línguas diferentes. Nesse contexto a língua portuguesa tinha que conviver, muitas vezes em posição de inferioridade, com as línguas indígenas e africanas, o colonizador ia impondo a sua língua, em função da sua posição social e do poder económico. Até que em meados do séc. XVIII, o Marquês de Pombal, através do *Directório dos Índios*, proíbe o uso da língua geral, e todos deveriam falar, ensinar e escrever na língua falada na Corte. Desta forma o português é imposto oficialmente à Colónia. Neste ambiente colonial o português falado pelos colonos europeus, indígenas e escravos africanos começa a modificar-se, e no decorrer deste século documentam-se as primeiras alusões ao português falado no Brasil. A língua portuguesa, apesar de imposta e aceite naturalmente, passa a ser o principal veículo de comunicação desta nação.

II.2 A Língua Portuguesa no Mundo

Os portugueses lançaram-se ao mar e ancoraram em diferentes terras, levando também a sua cultura e a sua língua. Com as grandes navegações, a língua portuguesa começa a sua expansão e também seu enriquecimento, sofrendo influência das línguas nativas por onde passou. No Brasil entrou em contato com as línguas indígenas, africanas, e também com a língua de vários imigrantes, sendo portanto, enriquecida pela miscigenação cultural.

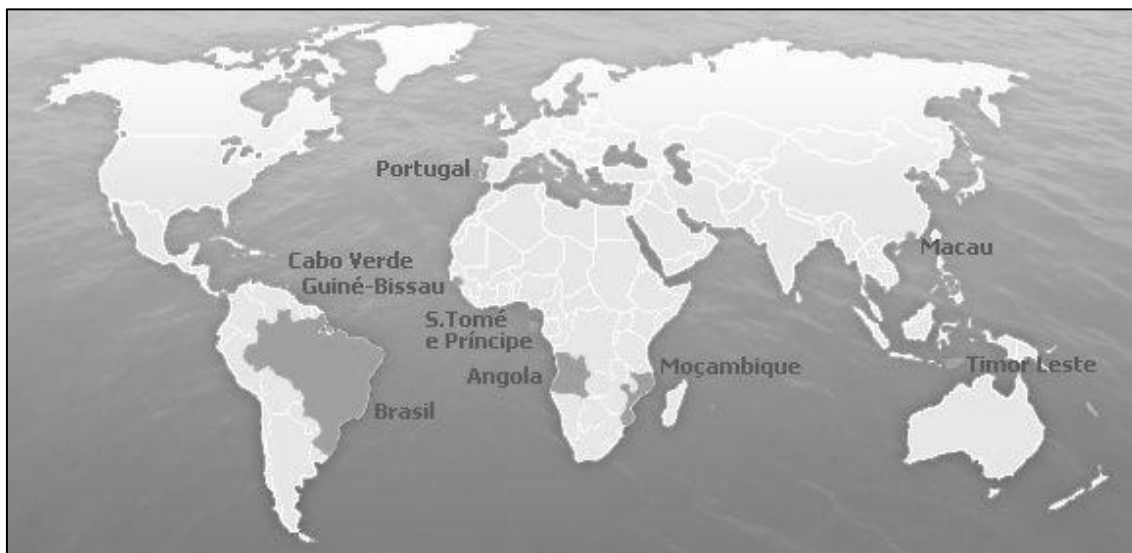
A língua portuguesa está entre as dez mais faladas no mundo, de acordo com a *Ethnologue*, e segundo estatísticas de 2009, somos 178 milhões¹⁶ e ocupa a 6ª posição no *ranking* das línguas mais faladas, informação um pouco diferente é a do Observatório da Língua Portuguesa, onde as estatísticas apontam para 244.392 milhões¹⁷ de falantes, passando para o 4º lugar, ficando atrás apenas do mandarim, espanhol e o inglês. O português tem o estatuto de idioma oficial em oito países: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, e Timor Leste, e ainda é a língua oficial da RAE (Região Administrativa

¹⁶ Ethnologue – Summary by Language Size. [Em linha]. [Consult. 10 de Jan. 2013]
Disponível na WWW:
<URL:http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=size>.

¹⁷ Observatório da Língua Portuguesa – Falantes de Português.[Em linha]. Actual. 25 ago. 2010. [Consult. 10 Jan. 2013].
Disponível na WWW:
<URL:<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues-literacia>>.

Especial) de Macau até 2049. Está espalhada pelos quatro continentes, sendo a língua mais falada no hemisfério sul, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: Países de língua oficial portuguesa



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa

O português também é falado noutras partes do globo devido à considerável emigração portuguesa. Esses emigrantes formaram importantes comunidades lusófonas, que mantêm viva a língua portuguesa na América do Norte, em diversos países africanos, Venezuela, e alguns países europeus.

A língua portuguesa possui hoje duas variantes oficialmente reconhecidas: a variante portuguesa, ou português europeu (PE) e a variante brasileira, também chamada de português brasileiro (PB). É no Brasil que se concentra a maior parte dos falantes do português, cerca de 80%, e com a ascensão deste país no cenário mundial, nesse momento 5ª economia mundial, a língua portuguesa passou a ser alvo de interesse internacional. O interesse económico faz com que cada vez mais o português seja uma língua procurada, passando assim a ser um instrumento estratégico para quem queira fazer negócios com o Brasil e outros países lusófonos. O Brasil tem, desta forma, um papel fundamental na dimensão internacional da língua portuguesa, na sua promoção e divulgação, embora deva existir um esforço conjunto para criação de uma política consistente e continuada de todos os países de língua oficial portuguesa. A alteração das estratégias políticas e económicas ocorridas a nível global, fez com que os países da

lusofonia decidissem criar uma comunidade com o objectivo de tornar a língua portuguesa uma língua global.

Dessa forma, em 1996, é criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que conta com oito países, que pretendem uma aproximação cultural, económica e social, e onde um dos objetivos é aumentar a cooperação e o intercâmbio cultural entre os países membros, uniformizar e difundir a língua portuguesa. Para promoção e difusão da língua a CPLP conta com a ajuda do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), instituição criada em 1989, e que mais tarde passou a ser um órgão da CPLP, cuja finalidade é a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais¹⁸.

Os dois principais países da CPLP são Portugal, que faz parte da União Europeia, e é a porta de entrada para a Europa, e o Brasil, principal país do Mercosul, e potência emergente, país com muitos recursos naturais, e que no cenário internacional é visto como um potenciador das relações internacionais. A CPLP ainda conta com a presença dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), onde Angola, com uma economia em desenvolvimento e com grande potencial energético, atrai o interesse estrangeiro. Para os PALOP, a cooperação com a CPLP configura-se prioritariamente como fator de articulação geopolítica e económica, com o objetivo de superar os problemas sociais, sem deixar de lado a importância de expandir o português para além do espaço lusófono. Para isso implementa acordos multilaterais para assegurar uma melhor gestão das políticas da língua.

No Brasil, as políticas de divulgação e promoção da língua portuguesa são feitas através da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), que está sob a tutela do Ministério das Relações Exteriores e o Itamaraty. Esta divisão coordena e apoia a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), que se apoia nos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), e nos Programas de Leitorados¹⁹. Atualmente existem 22 CCBs, que são

¹⁸ CPLP - Estatutos da CPLP [Em linha], pp. 3 – 4, Disponível na WWW: <URL: http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf>.

¹⁹ BRASIL - Ministério das Relações Exteriores, Departamento Cultural, Divisão de Promoção da Língua Portuguesa [Em linha]. [Consult. 20 Jan. 2012]

responsáveis pela formação de mais de 14 mil alunos; 52 Leitorados, com mais de 6 mil alunos em universidades. A maior parte dos Leitorados estão sediados na Europa, América do Sul e África. O próximo passo dessa divisão será promover o ensino do português junto dos descendentes dos brasileiros nos Estados Unidos, Europa, Japão e Líbano.

Em Portugal o Instituto Camões, que com o DL nº 21/2012 é fundido com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e passa a chamar-se Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, é o principal órgão de ensino e difusão da língua portuguesa pelo mundo. Este instituto, criado em 1992, estava vinculado ao Ministério da Educação, e desde 1994 passou para tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre outras atribuições políticas, sua principal função é coordenar a criação de centros culturais portugueses, leitorados e intercâmbios entre universidades portuguesas e estrangeiras, além de oferecer bolsas de estudo para difusão da língua no estrangeiro. Segundo dados de 2007 o Instituto Camões estava presente em 65 países, com cerca de 50.000 estudantes e 125 bolseiros²⁰. Esse instituto possui um centro de formação a distância, que é Centro Virtual Camões, que permite o ensino e a aprendizagem do português, abordando conhecimentos específicos da língua, sua música, literatura e também ciência.

Em 2001, foi assinado um acordo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de Portugal e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), através do Instituto Camões e o Departamento Cultural do MRE, onde reconhecem a legitimidade do Brasil e Portugal na gestão da língua portuguesa no âmbito da lusofonia. Estes dois órgãos passam a ter autonomia para definir formas de promoção da língua, mediante ações conjuntas que tenham o objetivo a propagação de conteúdos culturais, artísticos e científicos, das variantes portuguesa e brasileira, e a cooperação conjunta nas área da educação e ensino da língua em países terceiros.

Em África não podemos ignorar a importância que Angola, Cabo Verde e Moçambique têm na promoção e divulgação da língua portuguesa, uma vez que estes

Disponível na WWW:

<URL: <http://dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-promocao-da-lingua-portuguesa-dplp-1>>.

²⁰ Luís V. Baptista, João Costa, Patrícia Pereira, O mundo dos leitorados: políticas e práticas de Internacionalização da língua portuguesa, Edições Colibri, 2009, p. 36.

países estão presentes nos organismos de representação africana: União Africana (UA), Comunidade para o Desenvolvimento para África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Neste continente o português tem uma grande oportunidade de expansão, pelo número de portugueses que residiam em Angola e Moçambique, e que por causa da descolonização rumaram para outros países da África Austral.

No Oriente, Macau também tem um papel importante na divulgação da língua portuguesa, uma vez que por interesses económicos as relações da China pelos países de língua portuguesa, em especial Angola e Brasil, têm aumentado nos últimos tempos. Macau, nesse contexto, tem um papel mediador que atua como meio de intercâmbio comercial e cultural. Por esta razão houve um aumento considerável na procura da aprendizagem do português naquela região.

O Instituto de Português no Oriente (IPOR) tem um grande papel no ensino do português naquela região. Devido à distância geográfica de Portugal e à dimensão territorial do continente asiático, esse instituto foi criado em 1999 com o intuito de preservar e difundir a língua e cultura portuguesas no Oriente²¹. O IPOR conta com a participação maioritária do Estado português (51%) através do Instituto Camões e MNE; a participação da Fundação do Oriente (44%), e a participação de pequenas empresas portuguesas que têm interesses económicos na região (5%).

Na década de 90, as universidades chinesas passaram a incluir nos seus planos de estudos pelo menos duas línguas estrangeiras, facto este que fez crescer o interesse pelo português como língua estrangeira, associado ao interesse comercial pelos países lusófonos, já exposto anteriormente. Há também marcas da passagem da língua portuguesa noutros pontos do oriente, com dialetos de origem portuguesa no Sri Lanka e Singapura.

No caso do sudeste asiático e Oceania, não é menos relevante o papel de Timor, país de língua oficial portuguesa, que com a sua independência fez aumentar o interesse pelo português naquela região. Na Austrália estima-se que a comunidade portuguesa

²¹ IPOR - Estatutos do IPOR [Em linha], p. 1. [Consult. 20 Jan. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:<http://ipor.org.mo/main/institucional/images/ESTATUTOS%20DO%20IPOR.pdf>>.

seja de mais de 50.0000 pessoas, onde mantém-se vivo o interesse pela língua e cultura portuguesas.

Na América Latina o interesse pela língua portuguesa é uma realidade, há cada vez mais interesse na aprendizagem da língua do maior país daquela região, e da economia emergente. Na Argentina e no Uruguai o português é obrigatório no ensino oficial.

Quando falamos de organizações geopolíticas, a língua portuguesa é língua de trabalho na Comunidade Económica dos Estados do Oeste Africano (CEDEAO), na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Cimeira Ibero-Americana, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da União Africana (UA), e da União Europeia (EU)²². Ainda podemos referir a participação do Brasil (2010-2011) e Portugal (2011-2012), como membros não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o uso da língua portuguesa passa a ser mais frequente. O IILP, destacou em seu sítio na internet que “pela primeira vez na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o debate de abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. A Presidente brasileira, Dilma Rousseff proferiu seu discurso na língua portuguesa, fortalecendo o movimento para a expansão e reconhecimento do idioma no mundo”²³. Há neste momento um esforço por parte de outros membros da ONU para que o Brasil ocupe uma posição permanente no Conselho de Segurança, facto esse que elevaria o prestígio do português no contexto internacional, visto que passaria a ser um dos idiomas oficiais dessa organização.

II.3 A Língua Portuguesa no Mundo Digital

No mundo digital a língua portuguesa também está em expansão. Segundo dados estatísticos de 2010, é a 5ª língua mais utilizada na internet, ultrapassada apenas pelo

²² Observatório da Língua Portuguesa - Organizações Políticas Regionais [Em linha]. [Consult. 20 Jan. 2012]

Disponível na WWW:

<URL: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/BPR>>.

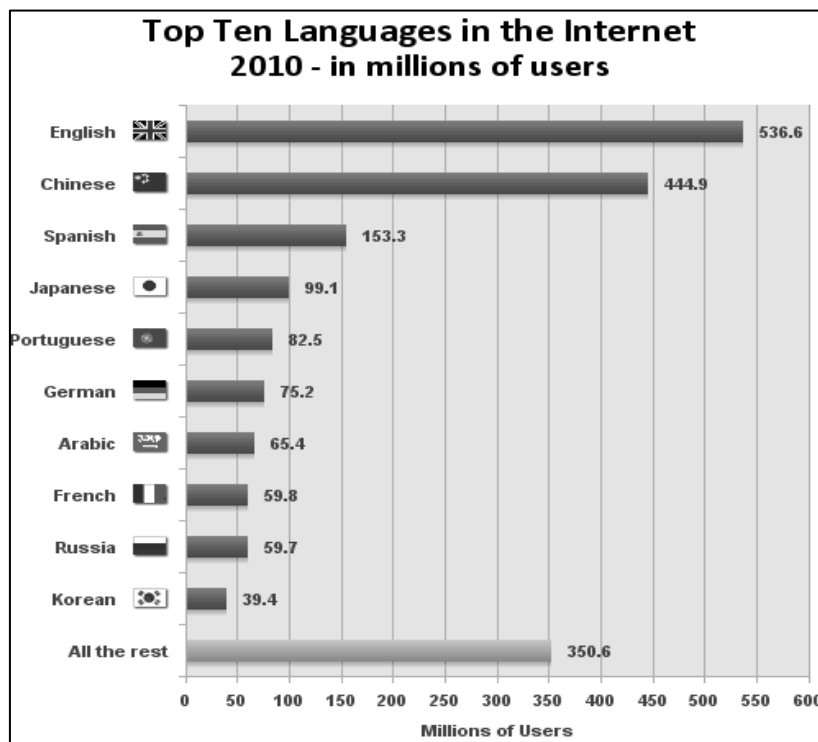
²³ Instituto Internacional da Língua Portuguesa - actual. 24 Set. 2011.

Disponível na WWW:

<URL: <http://iilp.wordpress.com/2011/09/24/a-lingua-portuguesa-na-assembleia-geral-da-onu/>>.

inglês, chinês, espanhol e japonês. Segundo estes dados 82,5 milhões de usuários utilizam o português na internet²⁴. Entretanto tem um índice de produtividade (número de produtores de conteúdos por falante) inferior ao das outras línguas mais utilizadas.

Figura 2: Lista das 10 Línguas mais Utilizadas na Internet



Fonte: Internet World Stats

Podemos verificar no quadro acima que o português está bem posicionado na rede. O mesmo acontece quando falamos de redes sociais, onde o português ocupa o terceiro lugar das línguas mais utilizadas no *Twitter*, depois do inglês e do japonês e no *Facebook*, depois inglês e do espanhol. O aumento do número de utilizadores de internet no Brasil tem contribuído para que na última década houvesse um crescimento de 990% da língua portuguesa na rede mundial de computadores. Em 2011, o Brasil contava com mais de 79 milhões de usuários, ocupando a 5ª posição entre os 20 países com maior número de usuário de internet. Entre os países falantes de português, o Brasil ocupa a primeira posição, e Portugal a segunda²⁵.

²⁴ Internet World Stats - Internet World Users By Language [Em linha]. [Consult. 05 Fev. 2013]
Disponível na WWW:
<URL: <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>>.

²⁵ Internet World Stats – Portuguese Speakers Users Statistics [Em linha]. [Consult. 05 Fev. 2013]
Disponível na WWW:
<URL:<http://www.internetworldstats.com/stats20.htm#portuguese>>.

Figura 3: Falantes de Português Utilizadores de Internet

Portuguese Speaking Internet Users					
COUNTRIES	Population (2011 Est.)	Internet Users 31-Dec-2011	Penetration (% Population)	Users % Table	Facebook 31-Dec-11
<u>Angola</u>	13,338,541	744,195	5.6 %	0.9 %	322,300
<u>Brazil</u>	203,429,773	79,245,740	38.9 %	91.5 %	35,158,740
<u>Cape Verde</u>	516,100	148,800	28.8 %	0.2 %	148,800
<u>Guinea Bissau</u>	1,596,677	37,123	2.3 %	4.3 %	n/a
<u>Mozambique</u>	22,948,858	975,395	4.2 %	1.1 %	186,460
<u>Portugal</u>	10,760,305	5,455,217	50.7 %	6.3 %	4,174,000
<u>Sao Tome & Principe</u>	177,506	31,012	17.3 %	0.0 %	3,320
<u>Timor Leste</u>	1,177,834	2,361	0.2 %	0.0 %	n/a
TOTAL	253,947,594	86,639,843	34.1 %	100.0 %	39,993,620

Fonte: Internet World Stats

No *Facebook* a língua portuguesa é a que mais cresce, passando de 6.119 milhões de utilizadores em maio de 2010 para os 58.500 milhões em novembro de 2012²⁶.

II.4 Portugal e a Promoção da Língua Portuguesa

Durante muito tempo as políticas de gestão da língua portuguesa estavam centralizadas nas academias, até que passaram a ser um objetivo do Estado. No âmbito da promoção da língua portuguesa, ainda no período da Primeira República, Portugal criou o primeiro leitorado em 1921 na Universidade de Rennes, França, e logo seguiram-se a criação dos leitorados da Alemanha, Itália e Reino Unido. Nessa altura o leitor, para além das suas atividades docentes, tinha a responsabilidade de divulgar, através de conferências públicas semanais, a arte, história e literatura de Portugal. Em 1929, é criada a Junta de Educação Nacional, que fica responsável pela gestão dos leitorados até 1936, quando esse órgão é renomeado e passou a chamar-se Instituto para a Alta Cultura. Esse instituto tinha como incumbência “promover o aumento do património espiritual na Nação e a expansão da cultura portuguesa, como mais elevada expressão da finalidade educativa do Estado” (Decreto-Lei nº 26 611 de 11 de Abril de 1936)²⁷. Em 1952, esse instituto é transformado de Instituto de Alta Cultura, passando a

²⁶ Socialbakers - Top 10 Fastest Growing Facebook Languages [Em linha]. [Consult. 05 Fev. 2013]. Disponível na WWW:
<URL:<http://www.socialbakers.com/blog/1064-top-10-fastest-growing-facebook-languages>>.

²⁷ Luís V. Baptista, João Costa, Patrícia Pereira (orgs.), O Mundo dos Leitorados: políticas e práticas de internacionalização da língua portuguesa, Edições Colibri, 2009, p. 72.

sua tutela para o Ministério da Educação, e a sua missão é alargada em relação ao instituto anterior: “...cumpre-lhe orientar a divulgação da nossa cultura e ação civilizadora no mundo, pela criação de Cadeiras de Estudos, Institutos e leitorados em Universidades Estrangeiras, com o objetivo primacial do Ensino da Língua, Literatura e História, bem como o estabelecimento de acordos culturais com o estrangeiro...”²⁸.

Com o início do regime democrático em 1975, Portugal desenvolveu relações diplomáticas com outros países, expandindo assim o ensino de língua e cultura portuguesas. Em 1976, o Instituto de Alta Cultura passa a chamar-se Instituto de Cultura Portuguesa até 1980, cuja tutela passou para a Secretaria de Estado e Cultura. Até então as políticas do Estado estavam mais focadas na cultura, no ensino da Literatura, Arte e História portuguesas. A partir dos anos 80, começou-se a repensar o modelo de ensino nos leitorados, esse ensino passaria a ser especializado, ou seja, daria maior ênfase ao ensino da língua aplicada a contextos específicos e da tradução. Altera-se novamente o nome da instituição, desta vez fazendo referência à língua, passa-se a chamar Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), voltando a ser gerido pelo Ministério da Educação. Esta situação manteve-se até 1992, data em que foi criado o Instituto Camões (IC), com o objetivo de gerir os leitorados, bem como divulgar internacionalmente a língua portuguesa, a sua tutela passa em 1994 para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que representa “um ponto de viragem, a consagração da ação cultural e linguística como parte integrante da política externa do Estado”²⁹.

Em 2012, o IC funde-se com o Instituto Português de Apoio a Desenvolvimento (IPAD), passando a ser denominado Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, dando continuidade ao seu trabalho de promoção e divulgação externa da língua e cultura portuguesas. Segundo dados de 2010³⁰, o IC estava presente em 73 países, estando ainda em curso negociações, protocolos de cooperação com mais 8 para integração do português no sistema educativo desses países. O IC iniciou nesta altura um processo de reorganização da sua rede de ensino, que visa: 1) negociar com as autoridades governamentais para creditação e inclusão de cursos nos sistemas

²⁸ Idem, Ibidem, p. 74.

²⁹ Idem, Ibidem, p. 79.

³⁰ Instituto Camões - IC em números [Em linha]. [Consult. 20 Jan. 2013]
Disponível na WWW:
<URL:<http://icsite.cloudapp.netdna-cdn.com/files/icnumeros2010.pdf>>.

educativos (Andorra, Espanha, Bélgica, França, Luxemburgo, Reino Unido, Namíbia e EUA); 2) de acordo com a diáspora portuguesa e a possibilidade de interação com outras diásporas de língua portuguesa através da formação de professores e integração de cursos na rede oficial de ensino (África do Sul, Namíbia); reforçar a rede de ensino do português nos países onde o fluxo imigratório tem aumentado nos últimos tempos (Canadá, Estados Unidos e Venezuela). O IC conta com 60 Centros de Língua Portuguesa, 1.860 agentes de ensino, 155.000 alunos.

O modelo de promoção da língua é integrado numa visão mais ampla da política externa portuguesa, que segundo a presidente o IC, Ana Paula Laborinho, a missão do instituto passa a ser “promover a língua portuguesa como língua internacional, bem como valorizar o posicionamento de Portugal no mundo através de negociação de acordos culturais e programas de cooperação”³¹.

Portugal criou em 1999, o Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE), que está vinculado à Associação de Examinadores de Línguas na Europa (*Association of Language Testers in Europe* – ALTE). Esses exames avaliam e certificam o PLE em cinco níveis (inicial, elementar, intermédio, avançado e universitário), todos com correspondência aos níveis do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, do Conselho da Europa.

Em Dezembro de 2008, através do Decreto-Lei nº 248/2008, foi criado o Fundo da Língua Portuguesa, que visa promover a língua como fator de desenvolvimento e combate à pobreza através da educação, em especial nos países de língua portuguesa. Em suma, os principais objetivos deste fundo são: impulsionar e promover a língua portuguesa; apoiar o desenvolvimento dos sistemas de ensino nos países de língua portuguesa e Macau; estimular a integração do português como língua estrangeira nos países onde haja comunidades de língua portuguesa; fomentar o uso do nosso idioma como língua oficial de trabalho e negociação internacional; desenvolver novos meios de divulgação da língua no mundo digital³². Este fundo revela mais um esforço de Portugal para promover o português.

³¹ Instituto Camões - Carta de Missão da Presidente Ana Paula Laborinho [Em linha]. [Consult. 20 Jan. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.instituto-camoes.pt/carta-de-missao-dra-ana-paula-laborinho-dp3>>.

³² PORTUGAL - DL nº 248/2008 [Em linha]. [Consult. 20 Jan. 2013].

II.5. O Brasil e a Promoção da Língua Portuguesa

Com a projeção brasileira no cenário internacional, há uma crescente procura pelos cursos de Português Língua Estrangeira (PLE). E também a atual organização dos países em blocos geoeconómicos faz com que as línguas ocupem um lugar privilegiado, salientando-se a necessidade de dominar línguas ditas transnacionais. Esta organização em blocos tem gerado uma maior cooperação dos países e um maior estímulo no aprendizado de línguas maioritárias e locais, e faz com que haja uma maior iniciativa por parte do Estado na divulgação e promoção das suas línguas.

A política de promoção da língua portuguesa no Brasil teve início em 1938 quando foi criada a Divisão de Cooperação Intelectual, do Ministério das Relações Exteriores. Em 1940, é criado em Montevideu o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o primeiro centro de estudos brasileiros, e ponto de partida para a criação da Rede Brasileira de Ensino do Exterior (RBEx). A RBEx é composta pelos Centros Culturais do Brasil (CCB), Institutos Culturais bilaterais (IC) e Leitorado, e está sob a alçada da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Ministério das Relações Exteriores. Nessa altura a promoção da língua estava baseada na divulgação da cultura brasileira, da cooperação intelectual, fruto do contexto político do Estado Novo, uma vez que este regime promovia o nacionalismo.

Em 1965, é criado o primeiro leitorado brasileiro na Universidade de Toulouse. Hoje o Brasil conta com 59 leitorados, espalhados por 41 países. Estes leitorados apoiam-se nos Centros de Estudos Brasileiros (CEBs). A maior parte dos leitorados brasileiros estão concentrados na América Latina.

Em 2005, o governo brasileiro decide criar o Instituto Machado de Assis (IMA), em cooperação com o Instituto Camões, esse instituto teria como o objetivo difundir a cultura brasileira e a língua portuguesa fora do espaço lusófono. Segundo o Ministério da Educação (MEC) caberia ao IMA a coordenação da RBEx. Este instituto conjuntamente com o Instituto Camões trabalharia em conjunto com outros institutos europeus, a fim de ampliarem a rede de difusão da língua portuguesa. Este projeto não foi adiante devido a divergências internas.

Outra iniciativa do Brasil foi a criação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), em 1993-1994. O primeiro exame só foi aplicado em 1998, sob a organização do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Desde de 2010 o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) é o órgão responsável pelo exame. Segundo o INEP em 2011, o Celpe-Bras teve mais de 7 mil participantes. Neste momento esse exame é exigido pelas universidades brasileiras para fins acadêmicos e também para revalidação de diplomas estrangeiros para fins profissionais. Atualmente o exame é aplicado em 29 países, mas devido ao aumento na procura de postos credenciados para aplicação, há previsão do exame alcançar mais de 100 países³³. Segundo o Guia do Examinando³⁴, o Celpe-Bras avalia o candidato nas suas competências linguísticas num sentido mais amplo, e não apenas pelo seu conhecimento gramatical e vocabulário. Avalia a capacidade do uso da língua em situações que possam ocorrer na vida real. A criação do Celpe-Bras além de ser mais um meio de divulgação da língua portuguesa, é uma forma de afirmar a variante brasileira da língua portuguesa no contexto internacional.

Outro marco importante nas políticas de promoção e difusão da língua portuguesa do governo brasileiro foi a inauguração, em 2006, do Museu da Língua Portuguesa. Esse museu situado em São Paulo tornou-se no museu mais visitado do Brasil e da América do Sul. Para além de centro de exposição, o museu é um espaço voltado para apresentações, cursos, palestras e seminários.

Outra estratégia brasileira foi a criação de uma universidade para os países da CPLP, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A Unilab foi criada em 2008, e o local escolhido para sua sede foi a cidade de Redenção, no Ceará. O Nordeste do Brasil foi estrategicamente escolhido para essa iniciativa, uma vez que há uma forte presença africana nessa região, e a cidade tem um

³³ INEP - Notícias sobre o Celpe-Bras [Em linha]. [Consult. 20 Jan. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:http://portal.inep.gov.br/todas-noticias?p_p_auth=1pmm53tE&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3&_56_INSTANCE_d9Q0_groupId=10157&p_r_p_564233524_articleId=83238&p_r_p_564233524_id=83838>.

³⁴ INEP - Guia do Examinando Celpe-Bras [Em linha], p. 4. [Consult. 20 Jan. 2013]

Disponível na WWW:

<URL:http://download.inep.gov.br/outras_acoes/celpe_bras/manual/2012/manual_examinando_celpebras.pdf>.

peso histórico grande, uma vez que foi a primeira a abolir a escravidão no Brasil. A criação da Unilab foi uma proposta do governo de Lula da Silva para aumentar a união do Brasil com os demais países lusófonos, essa união vai para além do bem comum, que é a língua portuguesa, mas que também abrange fatores sociais, económicos de estratégia geopolítica. De acordo com o Prof. Carlos Reis “com esta iniciativa, o Brasil está a dizer que o grande interlocutor no universo da língua portuguesa para África é ele”³⁵. A ideia é expandir os cursos voltados para disseminação do português para vários países. A Unilab é a segunda universidade criada no Brasil nesses moldes, a primeira foi a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada em 2007, a sua missão é clara: “Formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul)”³⁶. Com a criação da UNILA, o governo brasileiro tem como objetivo fomentar o desenvolvimento da América Latina, e ao mesmo tempo quer afirmar a hegemonia política do Brasil naquela região.

Assim o Brasil assume a responsabilidade de representar/promover a língua portuguesa na América do Sul, ao mesmo tempo que impõe a adoção do português nos *curricula* dos países sul-americanos.

³⁵ Entrevista com o Prof. Carlos Reis no Jornal Expresso em 5 de Julho de 2008 [Em linha]. [Consult. 13 Set. 2012].

Disponível na WWW:

<URL:<http://expresso.sapo.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>>.

³⁶ BRASIL - Missão da UNILA [Em linha]. [Consult. 05 Fev. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>>.

3. O Exemplo do Mercosul

III.1 A formação do Mercado Comum do Sul

O processo da globalização veio acompanhado de outro fenómeno chamado regionalização, ou seja, a formação de grandes blocos económicos internacionais, onde os países integrantes desses blocos passam a ter um maior peso geoeconómico e estratégico. Na América Latina o Mercosul é visto como o primeiro projeto de integração que alcançou um nível de sucesso razoável. A nível global foi visto como um projeto auspicioso e original, uma vez que o bloco foi formado por países ainda em desenvolvimento. O Mercosul passou a ser um processo consolidado, que representa um dos momentos mais importantes da cooperação e integração da América Latina, foi um grande avanço institucional muito importante, não só em termos políticos estratégicos da região, mas sobretudo em termos de comércio e educação.

O Mercado Comum do Sul – Mercosul, tem a sua génese na Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), criada em 1960. Entretanto com o enfraquecimento económico dos países latino-americanos fez-se necessário buscar novas alternativas. O Brasil e a Argentina decidiram aproximar-se com a finalidade de terem maior poder de barganha frente aos fóruns internacionais. Em 1986, assinaram a ata de integração Brasil-Argentina, que originou o Programa de Integração e Integração Económica (PICE), e em 1988 assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD), que previa criar em dez anos um espaço económico comum.

A assinatura da Ata de Buenos Aires, em 1990, pelos presidentes do Brasil e Argentina, foi um passo decisivo na criação do Mercosul. Em 26 de março de 1991, foi criado o Mercosul a partir da assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai. Esse tratado foi assinado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, na condição de Estados-membros. O Tratado de Assunção estabelecia que o Mercado Comum deveria estar constituído até 31 de dezembro 1994. Dessa forma quatro países, de diferentes dimensões, estruturas de poder, e culturas unem-se. Esse mercado seria caracterizado pela “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos”, pelo “estabelecimento de uma tarifa externa comum” e pela “coordenação das políticas macroeconômicas”, assim

como o “compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes”³⁷.

Em 17 de dezembro de 1994, realiza-se em Ouro Preto, Minas Gerais, uma reunião que determinaria a estrutura institucional definitiva do bloco. Nesta reunião fica aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, conhecido como Protocolo de Ouro Preto. Este protocolo atribuiu ao Mercosul personalidade jurídica de direito internacional, o que lhe permitiria negociar com países terceiros, ou outros blocos geoeconômicos, como a União Europeia.

Em 1996, o Chile e a Bolívia aderem ao bloco, mas como Membros-Associados, exemplo seguido pelo Peru (2003), Colômbia e Equador (2004). Em 2006, a Venezuela adere ao Mercosul como membro-associado, passando à categoria de membro-efetivo em julho de 2012. Os objetivos gerais deste bloco são: a) consolidar a integração política, econômica e social entre os países que o integram; b) fortalecer os vínculos entre os cidadãos dos países membros a fim de melhorar a sua qualidade de vida; c) incorporar o setor produtivo para aumentar sua competitividade ao nível regional e internacional³⁸. Um dos objetivos centrais é o fortalecimento da inserção de seus membros nos mercados mundiais, por meio da atração de capitais e da captação de investimentos facilitados pela existência de uma união aduaneira.

A estrutura institucional do Mercosul é composta por duas instâncias decisórias máximas, o CMC – Conselho do Mercado Comum e o GMC – Grupo Mercado Comum. O primeiro é composto pelos ministros das Relações Exteriores e de Economia dos países membros, tem como função a condução política do processo de integração regional e pronuncia-se através de Decisões. O segundo é um órgão decisório executivo, responsável por fixar os programas de trabalho e negociar acordos com terceiros em nome do Mercosul, por delegação expressa do CMC. É composto pelos representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia e dos Bancos Centrais dos estados membros; o grupo pronuncia-se através de Resoluções.

³⁷ MERCOSUL - Tratado de Assunção [Em linha]. [Consult. 06 Fev. 2013]
Disponível na WWW:
<URL:http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Tratado%20Asunci%C3%B3n_PT.pdf>.

³⁸ MERCOSUL - Cartilha do Cidadão do Mercosul [Em linha], [Consult. 06 Fev. 2013].
Disponível na WWW:
<URL:http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2432/1/cartilla_ciudadano_por.pdf>.

Na Constituição dos países-membros, são reconhecidas como línguas oficiais o português para o Brasil, o espanhol para Argentina e Uruguai, e o espanhol e o guarani para o Paraguai, porém apenas o português e o espanhol são consideradas línguas oficiais do Mercosul, através do Artigo 46 do Protocolo de Ouro Preto.

No cenário mundial, o Mercosul passa a ter destaque por causa do Brasil, uma economia emergente e com melhores possibilidades de desenvolvimento no mundo atual. Dessa forma o Brasil assume-se como líder desse bloco.

O Brasil é o gigante latino-americano, sua área de 8,5 milhões de Km² cobre 47% da superfície da América do Sul. O grande desenvolvimento económico e tecnológico caracteriza o Brasil como uma das nações onde o PIB cresce mais rapidamente, apesar das suas desigualdades sociais. É o único país da América Latina onde se fala o português, sendo que o espanhol é falado pela maioria dos países, e sempre teve grande prestígio no cenário mundial. Não obstante, interesses económicos são responsáveis pelo aumento do interesse pelo português no final do século XX. Por esta razão, a língua portuguesa transformou-se na segunda língua estrangeira na América Latina, no lugar do inglês.

A Argentina é o segundo mais importante país do Mercado Comum, foi a primeira nação a alcançar um alto nível de desenvolvimento sociocultural e urbano moderno de estilo europeu. Com uma área de 2,8 milhões de Km², é o segundo país em dimensão da América do Sul, e o segundo maior PIB do Mercosul. Sua população é estimada em mais de 42 milhões³⁹, sendo 97% descendentes de europeus (maioritariamente espanhóis e italianos), e os restantes 3% são mestiços e ameríndios. A língua oficial é o espanhol, mas coexistem com várias outras línguas indígenas e também com dialetos criados a partir da junção do espanhol com línguas de imigrantes.

Outro país é o Paraguai, com 406,752 km², e uma população estimada em cerca de 6.500 milhões, composta maioritariamente por mestiços (descendentes de espanhóis e ameríndios). Este país tem como línguas oficiais o Espanhol e o Guaraní. Neste

³⁹ CIA - Central Intelligence Agency - The World Fact Book, Argentina [Em linha]. [Consult. 08 Fev. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ar.html>>.

momento, por questões políticas, tem a sua adesão suspensa até abril de 2013, data das eleições “livres e democráticas”⁴⁰.

Dos quatro fundadores do Mercosul, finalmente temos o Uruguai, o segundo menor país da América do Sul, com uma área territorial de 176,215 km². Sua população é de 3,2 milhões de habitantes, dos quais 88% são brancos, 8 % mestiço, e 4% de negros. Tem como língua oficial o espanhol. É um dos países economicamente mais desenvolvidos da América Latina⁴¹.

O mais recente membro-efetivo e o terceiro país do Mercosul, em área, é a Venezuela, com 912,050 Km², e uma população estimada em 28 milhões de pessoas, formadas por vários povos (espanhóis, italianos, portugueses, árabes, alemães, africanos e ameríndios). Tem como língua oficial o espanhol, que coexiste com inúmeras línguas indígenas. Sua adesão tardia ao bloco deu-se de forma conturbada, uma vez que o Paraguai sempre votou contra. A entrada da Venezuela no Mercosul é encarada por muitos como estratégia de fortalecimento político e económico do bloco, uma vez que este país possui as maiores reservas de petróleo e gás natural da América do Sul.

O Mercosul é uma mescla de diferentes culturas, e dessa forma deve abrir espaço para refletir sobre a diversidade que faz parte da realidade das suas sociedades mestiças, multiculturais e multiétnicas.

III.2 Políticas Linguísticas do Mercosul

As questões linguísticas e culturais são um fator fundamental para o sucesso do Mercosul. Schiffman diz que não poderemos avaliar as hipóteses de sucesso das políticas sem referência à cultura, ao sistema de crenças e atitudes sobre a língua, uma vez que a política linguística está fundamentada na cultura linguística. Como todo bloco económico recém-criado, os aspetos sociais e culturais vão tomando forma à medida que vão surgindo. Em 1991 foi assinado o Protocolo de Intenções, que identifica três

⁴⁰ Jornal Estadão – Notícia: Mercosul suspende participação do Paraguai [Em linha]. [Consult. 08 Fev. 2013]
Disponível na WWW:
<URL:<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,mercosul-suspende-participacao-do-paraguai,893570,0.htm>>.

⁴¹ CIA - Central Intelligence Agency, The World Fact Book, Uruguai [Em linha]. [Consult. 08 Fev. 2013].
Disponível na WWW:
<URL:<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uy.html>>.

áreas em que a educação é pilar fundamental do desenvolvimento e integração do bloco: 1) formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração; 2) capacitação dos recursos humanos para contribuir para o desenvolvimento; 3) compatibilização dos sistemas educativos.

Ainda em 1991, foi criado o Setor Educacional do Mercosul (SEM); sua criação teve como ponto de partida o reconhecimento, pelos ministros de Educação dos Estados membros do bloco, do papel estratégico desempenhado pela Educação no processo de integração, para atingir o desenvolvimento económico, social, científico-tecnológico e cultural, na região. O SEM considera a informação e a comunicação como elementos-chave no processo de integração das políticas educacionais.

Desde a sua criação há uma preocupação com a melhoria da comunicação entre os países membros do bloco, através da promoção das línguas oficiais do Mercosul, sendo uma forma de estreitamento das relações entre os seus povos. Na primeira década as línguas tiveram apenas um tratamento instrumental, uma vez que o português e o espanhol foram declarados como línguas oficiais, mas apenas para efeitos de publicação de documentos, ou seja, como línguas de trabalho. Nesse contexto é declarada a intenção de implementar o ensino do português e do espanhol no sistema educacional dos países membros.

A intenção de promover o ensino das línguas oficiais do Mercosul está presente em vários documentos oficiais, mas só quase uma década depois da sua criação é que se começa a sensibilização para a aprendizagem dessas línguas. O Mercosul altera a sua estratégia de regionalismo, que resulta em alterações na política de língua e ensino. As línguas deixam de ser meros instrumentos de comunicação ao serviço dos interesses económicos globais. No Plano de Ação para o setor educativo 2001-2005, é proposta a promoção do ensino das línguas oficiais do Mercosul no sistema educativo dos países membros, e a formação de docentes, bem como o conhecimento do património linguístico região.

Na América do Sul, devido à dimensão continental do Brasil, na maioria dos países fronteiriços sempre houve uma certa rejeição na aprendizagem correta da língua do vizinho como língua estrangeira. Essa rejeição dá-se pelas similaridades fonológicas e estruturas sintáticas próximas das duas línguas, e por esta razão criou-se na região fronteiriça uma língua mista, conhecida como *Portunhol*. Nesta região existe uma

sociedade bilingue ou diglôssica, que muitas vezes foi vista como “problema fronteiriço”, dado que alguns puristas consideravam que qualquer alusão ao português era vista negativamente, era o “falar mal”, ou ainda influências do português do Brasil. Dessa forma, nas escolas fronteiriças, procurava-se promover o espanhol e corrigir os falares associados ao português. Essa atitude prejudicava o rendimento escolar dos alunos dessas regiões, uma vez que tinham que ter em atenção a “norma espontânea” que utilizavam em determinados contextos; segundo Calvet (2002) “interessa à sociolinguística o comportamento social que essa norma pode provocar... e ainda a influência que essas atitudes podem ter sobre as práticas linguísticas”. Assim, o bilinguismo fronteiriço tem sido uma das preocupações do Mercosul, que através de vários conjuntos de medidas, estratégias, projetos de planificação linguística, tenta reverter esta situação, uma vez que o bloco não se limita ao intercâmbio comercial, mas também cultural, científico e tecnológico.

Em 1997, reuniram-se os ministros da educação dos países membros e criaram o Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Mercosul Educativo (GTPL). De 1997 a 2001, data da extinção deste grupo, apenas se reuniu quatro vezes, e as medidas propostas pelo grupo nunca foram implementadas. Após a extinção da GTPL as políticas linguísticas passam a ser estabelecidas por acordos bilaterais. Em 2005, os governos do Brasil e Argentina assinaram um protocolo para promoção do espanhol e do português como segundas línguas. Esse protocolo prevê vários aspetos, entre eles: 1) criação de Programas de Formação de Ensino do Espanhol e do Português como Segunda Língua; 2) criação do Programa Bilateral de Intercâmbio de Assistentes de Idioma; 3) Oferta de um Plano Anual de Assistência Técnica, na qual as Partes receberão a visita de especialistas das áreas de desenho curricular, formação docente, de educação a distancia e na elaboração de materiais didáticos; 4) desenvolvimento de Convênios Interinstitucionais entre universidades brasileiras e argentinas para formação conjunta, com dupla certificação em português e espanhol; 5) Fomento de associações de empresas editoriais argentinas e brasileiras para a edição de livros de texto destinados ao ensino e à formação de docentes de espanhol e de português; 6) Ampliação dos exames para a obtenção dos Certificados de Espanhol Língua e Uso

(CELU) e do Certificado de Proficiência da Língua Brasileira para Estrangeiros – CELPE – Bras, nos respectivos países⁴².

Ainda em 2005 é criado o Programa Escolas Bilíngues de Fronteiras (PEBF), que visa promover o intercâmbio entre professores e alunos das escolas situadas nas fronteiras. Essas escolas seguem os seguintes princípios: Interculturalidade, uma vez que as escolas estão em regiões de diversidade, o que valoriza positivamente as diversas culturas formadoras do Mercosul; Bilinguismo, prevê que o ensino seja realizado em duas línguas, o espanhol e o português; e a Construção comum e coletiva do Plano Político-Pedagógico das Escolas-Gêmeas, respeitando as tradições escolares dos países envolvidos e incluindo as demandas culturais específicas da fronteira no currículo⁴³.

O programa iniciou-se em 14 escolas do Brasil e Argentina e ampliado em 2009, totalizando 26 escolas do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, distribuídas conforme quadro abaixo:

Figura 4: Escolas do Projeto PEBF em 2009.

No Brasil	Em outros países
Dionísio Cerqueira (SC) - 1 escola	Bernardo Irigoyen (Argentina) - 1
Foz do Iguaçu (PR) - 1 escola	Puerto Iguazu (Argentina) - 1
Uruguaiana (RS) - 1 escola	Paso de Los Libres (Argentina) - 1
São Borja (RS) - 2 escolas	Santo Tomé (Argentina) - 2
Itaqui (RS) - 1 escola	Alvear (Argentina) - 1
Itaqui - 1 escola	La Cruz (Argentina) - 1
Chuí (RS) - 1 escola	Chuy (Uruguai) - 1
Jaguarão (RS) - 2 escolas	Rio Branco (Uruguai) - 2
Ponta Porã (MS) - 1 escola	Pedro Juan Caballero (Paraguai) - 1
Pacaraima (RR) - 2 escolas	Santa Elena de Uaiarén (Venezuela) 2
Total - 13 escolas no Brasil	Total - 13 escolas nos 4 países

Fonte: Portal do MEC do Brasil.

Segundo Vandresen (2009), além de fixar as bases do modelo de ensino comum a essas escolas, o projeto tenta criar uma nova mentalidade de fronteira na nova realidade de integração dos países, via Mercosul.

⁴² BRASIL - Protocolo entre o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina e o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil para a promoção do ensino do espanhol e do português como segundas línguas [Em linha]. [Consult. 15 Fev. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_221/>.

⁴³BRASIL - Ministério da Educação, Portaria Nº 798 [Em linha]. [Consult. 15Fev. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:http://www.lex.com.br/legis_23452981_PORTARIA_N_798_DE_19_DE_JUNHO_DE_2012.asp>.

Em 2006, é criado o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA). Este programa tem como objetivos principais a melhoria do ensino superior dos países do Mercosul, por meio de sistemas de avaliação e acreditação e promover a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores entre instituições e países do Mercosul. Em abril de 2007, o governo brasileiro e o governo paraguaio estabelecem um acordo de cooperação educacional, chamado de Programa Executivo Educacional, que no tocante à língua portuguesa, prevê: a) criação de uma licenciatura em língua portuguesa e literatura brasileira; b) o ensino do português no Paraguai, e do espanhol e guarani no Brasil, através do programa intercultural bilingue e trilingue entre os professores e os alunos do ensino básico e secundário na região fronteiriça; c) criação do leitorado de língua portuguesa e literatura brasileira em universidade paraguaia; d) Cooperação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade Nacional de Assunção (UNA) para a criação de licenciatura em língua portuguesa e literatura brasileira⁴⁴. De início o ensino das línguas era baseado em acordos bilaterais.

Em 2009, foi publicada no Diário Oficial do governo argentino, a Lei 26.468/2009, que torna obrigatória a oferta da língua portuguesa em todas as escolas secundárias da Argentina, e no caso das fronteiras incluiria as escolas primárias. A aplicação dessa normativa dar-se-á de forma gradual até 2016.

Em 2010 é aprovado o acordo sobre o ensino do português e do espanhol no Mercosul. Esse acordo estabelece as regras para o ensino das duas línguas nos países do bloco, e permite que brasileiros possam ensinar português nos outros países, enquanto argentinos, uruguaios e paraguaios poderão ensinar Espanhol no Brasil. O acordo estabelece que cada país deverá credenciar uma rede de instituições para a capacitação de professores com cursos de duração mínima de três anos ou 2.400 horas de estudo⁴⁵.

⁴⁴ BRASIL - Programa Executivo Educacional entre o Governo do Brasil e o Governo do Paraguai [Em linha]. [Consult. 15 Fev. 2013]. Disponível na WWW: <URL:http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_61/>.

⁴⁵ JUSBRASIL - Notícia sobre a aprovação do acordo de ensino do Português e Espanhol no Mercosul [Em linha]. [Consult. 15 Fev. 2013]. Disponível na WWW: <URL:<http://camara-dos-deputados.jusbrasil.com.br/noticias/2168472/plenario-aprova-acordo-sobre-ensino-de-portugues-e-espanhol-no-mercosul>>.

Em 2011, o Brasil e a Argentina assinaram uma Declaração Conjunta de cooperação entre os dois países, na qual reiteraram a cooperação educacional. O ponto 18 ressalta a necessidade de fortalecer os mecanismos de cooperação na formação de professores de português e espanhol. Nesse sentido, determinaram os respectivos Ministros de Educação promover a consolidação de um programa de formação através de parcerias universitárias e financiamento de bolsas de estudo que permitam aos estudantes de graduação em letras de um país cursar com reconhecimento recíproco dos estudos, créditos semestrais ou créditos de verão em instituições universitárias do outro país; e ainda determina que as respectivas autoridades educacionais ampliem a promoção de mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas de intercâmbio⁴⁶.

Nos últimos anos não faltam propostas e medidas para promover e difundir a língua portuguesa no Mercosul. Muitos acordos abriram as portas à formação de professores de português na Argentina e Uruguai, e aos poucos o seu ensino vai sendo incluído nas escolas oficiais desses países embora, ao contrário do Brasil, o cumprimento dos acordos seja feito de forma muito lenta. Uma vez que não era prática comum o ensino do português nos países do Mercosul, há falta de professores capacitados e materiais didáticos apropriados.

⁴⁶ BRASIL - Declaração Conjunta entre Brasil e Argentina [Em linha]. [Consult. 15 Fev. 2013].

Disponível na WWW:

<URL:<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/declaracao-conjunta-visita-oficial-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-dilma-rousseff-a-presidenta-da-republica-argentina-cristina-fernandez-de-kirchner/>>.

CONCLUSÃO

Ao escrever sobre este tema, o principal objetivo foi compreender como estava o processo de expansão da língua portuguesa, quais as políticas implementadas por Portugal e pelo Brasil para divulgar e internacionalizar a língua. E centrei-me no Mercosul, uma vez que dos blocos económicos em que o português está inserido é o que parece ser o mais consistente em termos de políticas linguísticas.

Nos últimos anos vimos crescer o interesse em divulgar a língua portuguesa e em posicioná-la no contexto mundial. Antes Portugal estava sozinho nesta tarefa, mas na última década há uma multilateralização na promoção do idioma. Há um esforço conjunto dos países lusófonos, embora levando em consideração os limites de cada um.

No Brasil as políticas da língua intensificaram-se a partir de 2003, com o governo de Lula da Silva. Nesta altura o Ministério das Relações Exteriores criou a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) e em 2006 criou uma Missão Permanente junto à CPLP, demonstrando dessa forma a importância desse organismo para o seu governo. O governo Lula também ampliou significativamente o número de leitorados brasileiros em universidades estrangeiras passando de 40 em 2006 para 53 em 2010. Esse governo apresentou diversas medidas para a promoção da língua no estrangeiro, a criação da Comissão da Língua Portuguesa (COLIP) em 2004, a fundação do Museu da Língua Portuguesa em 2006, a criação da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2010, além da manutenção do exame Celpe-Bras, criado pelo governo anterior.

No cenário mundial, o Brasil é a potência em destaque, a língua portuguesa também ganhou com isso, uma vez que, como líder económico, o país atraiu a atenção de outros países que, almejando estabelecer relações comerciais, volta-se também para a aprendizagem do seu idioma.

No Mercosul o português, juntamente com o espanhol, é língua oficial, e muitos acordos foram assinados para que o ensino do português com língua estrangeira fosse instituído nas escolas oficiais dos países membros do bloco, permitindo o surgimento de um mercado crescente de ensino do idioma. Entretanto, na prática, as políticas têm sido implementadas de forma lenta, uma vez que o número de professores preparados para ensinar o português como língua estrangeira não é suficiente para suprir a demanda, e há escassez de materiais didáticos apropriados. Apesar de todos os esforços que o

governo brasileiro tem feito, é necessário que haja mais investimentos na formação docente e pesquisas nesta área, e um maior incentivo para publicação de materiais didáticos destinados a esse mercado.

Além disso, Portugal e Brasil deveriam unir esforços para que a língua portuguesa fosse assumida como uma língua internacional comum, onde suas variantes, europeia e brasileira, fossem vistas apenas como realidades culturais diferentes ou apenas com particularidades diferentes, fruto da sua história. Nesse aspecto o Acordo Ortográfico é um instrumento de política de língua, sendo um passo importante para unificação da língua, uma vez que ao unificar tanto quanto possível a ortografia contribui para difusão, divulgação e projeção da língua portuguesa no mundo.

Para que haja uma política de língua realmente voltada para internacionalização da língua portuguesa é necessária uma ação politicamente mais alargada e conjunta dos vários intervenientes. É preciso convencer os políticos a utilizarem o português nas organizações internacionais. Entretanto, da mesma forma que a falta de professores qualificados para o ensino de PLE impede que as medidas de implantação do português nas escolas oficiais do Mercosul sejam implementadas de forma mais rápida, a falta de intérpretes é uma das dificuldades encontradas para que a língua portuguesa tenha uma maior presença nessas organizações. É preciso investir na formação de tradutores e intérpretes, para suprir uma eventual necessidade no curto prazo.

A CPLP deverá pôr em prática o Plano de Ação de Brasília, convocando o esforço e empenho de todos os seus membros para esta causa, levando em consideração as suas particularidades e limitações. Ao mesmo tempo faz-se necessário desenvolver, de uma forma mais consistente, um melhor trabalho de difusão da língua portuguesa nos países africanos onde ela já é oficial, mas que não é a língua materna da população. Mira Mateus (2008) sugere que “nesse contexto os alunos têm de adquirir um domínio expedito do português como condição imprescindível para interagir com outras culturas e para obter sucesso escolar e social, tal como para serem reconhecidos como elementos da grande comunidade de falantes de português”.

O governo brasileiro deveria repensar a questão do Instituto Machado de Assis, uma vez que à semelhança do seu homólogo português, o Instituto Camões, fortaleceria a promoção da língua, e seria mais um elemento propulsor da língua portuguesa. Assim, esses dois institutos poderiam trabalhar em conjunto para formação de professores de português língua estrangeira, e dessa forma poderiam dar resposta às necessidades do

Mercosul. Deveria ainda ser aproveitado o facto de que o Brasil irá acolher dois grandes eventos mundiais, o Campeonato Mundial de Futebol e os Jogos Olímpicos, acontecimentos que atrairão a atenção do mundo para a língua portuguesa.

Por sua vez, Portugal precisa atuar junto às suas diásporas, atraindo a atenção dos luso-descendentes para a aprendizagem do português como língua de herança, e conjuntamente com a promoção da língua atualizar a imagem de Portugal junto das comunidades.

Muito tem sido feito, mas ainda muito há por fazer para que a nossa língua ocupe um lugar de destaque no cenário mundial. Não basta que a língua seja imposta através de negociações e resoluções, antes de mais é preciso que saibamos colocar no plano internacional os nossos valores, as nossas ideias, porque através disso também a língua portuguesa terá seu lugar de destaque no mundo globalizado. A globalização, com a dinâmica integração regional dos países, colocou muitos desafios, mas também oportunidades para que os países da CPLP possam desenvolver suas estratégias comuns. A língua nesse contexto funciona como ponto de partida, base para promoção de um desenvolvimento económico e social dos povos que falam a língua portuguesa, língua de mais de 200 milhões de falantes, de muitos povos e muitas culturas.

BIBLIOGRAFIA

ANTIA, Bassey Edem - Terminology and language planning: an alternative framework of practice and discourse. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2000.

BADR, Eid - O Direito Comunitário e o Mercosul à luz da Constituição Federal Brasileira. Petrópolis, RJ, Kindlebookbr Editora Digital, 2010.

BAPTISTA, Luís V.; COSTA, João; PEREIRA, Patrícia (orgs) - O mundo dos leitorados: políticas e práticas de Internacionalização da língua portuguesa, 1ª ed., Lisboa: Edições Colibri, 2009.

BOURDIEU, Pierre - Language and Symbolic Power. Cambridge: Polity Press, 1991.

BRANCO, António *et al.* - A Língua Portuguesa na Era Digital. Coleção Livros Brancos, Berlin: Springer, 2012.

BRASIL - Ministério da Educação, Programa Escolas Interculturais de Fronteiras, Portaria Nº 798, de 19 de Junho de 2012. [consult. 15 Fev. 2012].

Disponível na WWW:

<URL:http://www.lex.com.br/legis_23452981_PORTARIA_N_798_DE_19_DE_JUNHO_DE_2012.aspx>.

BRAUNMÜLLER, Kurt; FERRARESI, Gisella - Aspects of Multilingualism in European Language History. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003.

CALVET, Louis Jean - As Políticas Linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial. IPOL, 2007.

_____ - Sociolinguística: uma introdução crítica. trad. Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAPELO, Rui Grilo *et al.*; Rodrigues, António Simões, coord. - História de Portugal em Datas. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994.

CASTRO, Ivo - Introdução à História do Português: Geografia da Língua: Português Antigo. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri 2011.

_____ - As políticas Linguísticas do Português. Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Porto: APL, 2010, pp. 65-71.

COOPER, Robert L. - Language Planning and Social Change. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

COSTA, Armanda - Comentário, In A Língua Portuguesa: presente e futuro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

COUTO, Jorge - Língua portuguesa: Perspectivas para o século XXI.

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.instituto-camoes.pt/bases/lingua/portugues.htm>>.

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) - Declaração Constitutiva da CPLP, 1996. [consult. 20 Jan. 2012].

Disponível na WWW:

<URL:[www.http://icsite.cloudapp.netdna-cdn.com/files/icnumeros2010.pdf](http://www.icsite.cloudapp.netdna-cdn.com/files/icnumeros2010.pdf)>.

_____, Estatutos da CPLP, [consult. 20 Jan. 2012].

Disponível na WWW:

<URL: http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf>

CRISPIM, Lurdes, Português, língua oficial, língua segunda, In Solla, Luísa(Orgs), Antologia – Problemática do ensino da Língua Portuguesa em contexto lusófono: espaços, problemas e reflexões, Volume II. Lisboa: ESE Setúbal, 1994.

DINIZ, L. R. A., Mercado de Línguas – A Instrumentalização Brasileira do Português como Língua Estrangeira, FAPESP, 2010.

DUARTE, Inês e MORÃO, Paula (org.) - Ensino de Português para o século XXI, Lisboa: Edições Colibri, 2006.

ELIA, Sílvia - A Língua Portuguesa no Mundo, São Paulo, Ática, 2000.

ESPERANÇA, João Paulo - Uma Abordagem Eclética ao Valor da Língua: O Uso Global do Português, ISCTE/Instituto Camões, 2009. [consult. 13 Dez. 2012]. Disponível na WWW:

<URL:http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_details.html?aut=1228>

FARIA, I. H. - Política Linguística da Língua Portuguesa: O que está a mudar e o que é preciso mudar, Veredas, Revista de Estudos Linguísticos, 6: 9-19, Universidade de Juíz de Fora, 2000.

FISHMAN, Joshua A. - Do not leave your language alone: the hidden status agendas within corpus planning in language policy, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2006.

GAMARDI, Juliette, Cavalheiro, Eugénio, trad. - Introdução à Sociolinguística, Lisboa: D. Quixote, 1983.

GONÇALVES, Teresa - Linhas orientadoras da política linguística educativa da UE, Revista Lusófona de Educação, Nº 18, pp. 25-43, 2011.

IC (Instituto Camões) - Instituto Camões em Números, 2010. [consult. 20 Jan. 2012]. Disponível na WWW:

<URL: [www.http://icsite.cloudapp.netdna-cdn.com/files/icnumeros2010.pdf](http://icsite.cloudapp.netdna-cdn.com/files/icnumeros2010.pdf)>

IPOR (Instituto Português do Oriente) - Estatutos do IPOR, 1999. [consult. 20 Jan. 2012].

Disponível na WWW:

<URL:<http://ipor.org.mo/main/institucional/images/ESTATUTOS%20DO%20IPOR.pdf>>

JAGUARIBE, Hélio; VASCONCELOS, Álvaro - The European Union, Mercosul and the new world order, London, Frank Cass Publishers, 2005.

JOSEPH, John E., Languages and Politics, Edinburgh University Press, 2006.

LASECA, Álvaro Martínez-Cachero - O ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro, Coleção Orellana, 19, Brasília, Thesaurus, 2008.

MAR-MOLINERO, Clare & STEVESON, Patrick - Language Ideologies, Policies and Practices: Language and the Future of Europe, Palgrave Macmillan, 2006.

MARQUES, Maria Emília Ricardo - Sociolinguística, Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

MATEUS, Maria Helena Mira - Uma política de língua para o português, Lisboa: Edições Colibri, 2002.

_____ - Difusão da Língua Portuguesa no Mundo, São Paulo, USP, 2008. [consult. 13 Set. 2012].

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.fflch.usp.br/dlciv/lport/pdf/mes/01.pdf>>

MAURAS, Jacques and MORRIS, Michael A. - Language in Globalising World, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

MERCOSUL - Cartilha do Cidadão do Mercosul: compilação de normas relacionadas com o cidadão do Mercosul, 2010. [consult. 05 Jan. 2012].

Disponível na WWW:

<URL:http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2432/1/cartilla_ciudadano_por.pdf>

_____ - Tratado de Assunção, 1991. [consult. 05 Jan. 2012].

Disponível na WWW:

<URL:http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Tratado%20Asunci%C3%B3n_PT.pdf>

PHILLIPSON, Robert - English-Only Europe? Challenging Language Policy, London, Routledge, 2004.

PINTO, Paulo Feytor - O Essencial sobre Política de Língua, Lisboa, INCM, 2010.

RICENTO, Thomas - An Introduction to Language Policy: Theory and Method, Blackwell Publishing, 2006.

SCHIFFMAN, Harold F. - Linguistic Culture and Language Policy, London, Routledge, 1996.

SHOHAMY, Elana - Language Policy: Hidden agendas and new approaches, London, Routledge, 2006.

SPOLSKY, Bernard - Language Policy, Cambridge University Press, 2004.

TEYSSIER, Paul - História da Língua Portuguesa, trad. Celso Cunha, Editora Martins Fontes, 2004.

VASCONCELOS, H. J. A. - The European Union, Mercosul and New World Order, Frank Cass Publishers, 2005.

WARDHAUGH, Ronald - An Introduction to Sociolinguistics, 5th Edition, Oxford: Blackwell, 2006.

ZOPPI-FONTANA - O Português do Brasil como Língua Transnacional, Campinas, 2009.